RECURSOS POLÍTICOS E MUDANÇA SOCIOECONÔMICA: ELEMENTOS PARA A ANÁLISE DA MUDANÇA DO PERFIL DAS ELITES POLÍTICAS EM ÂMBITO LOCAL

POLITICAL RESOURSE AND SOCIOECONOMIC CHANGE: ELEMENTS FOR THE ANALISYS OF THE CHANGING PROFILE OF THE LOCAL POLITICAL ELITES

Samuel Candido de Souza[1]

Resumo: Considerando o processo de descentralização administrativa promovida pelo governo federal, sobretudo após a Constituição de 1988, o nível local passa a ser fundamental quanto à implementação de políticas públicas e à promoção do desenvolvimento econômico. Com isso aumenta a importância das elites políticas locais, que serão os responsáveis pelas decisões políticas mais significativas e de impacto imediato na vida dos cidadãos. Neste artigo procuro abordar a importância dos estudos sobre análise dos processos de inserção política de agentes sociais, no que tange os mecanismos de reconversão de recursos de ordem econômica e/ou social em eficácia eleitoral, para a constituição de elites políticas em âmbito local, atentando para a especificidade do campo de disputa política neste nível. Procuro também relacionar estudos desta natureza às mudanças nas circunstâncias de disputa política, como aumento populacional, mudanças econômicas e institucionais, com o intento de buscar critérios para análise da manutenção ou mudança de um determinado perfil de elite política.

Abstract: In view of the process of administrative descentralization promoted by the federal government, especially after the 1988 Constitution, the local level becomes crucial regarding the implementation of public policies and the promotion of economic development. Thus increases the importance of local political elites who will be responsible for more significant policy decisions with the immediate impact on the citizen's lives. In this paper I describe the importance of studies on analysis of processes of political integration of social agents concerning to the mecanisms leading to conversion of economics or social resources into effectiveness in elections, for the formation of political elites at local level, paying attention to the specificity of the political playing field at this level. I also try correlate studies of this kind to the changes in circumstances of political dispute, such as population growth, economic and institutional changes, with the intent to seek elements for analysis of maintenance or change of a certain profile of the political elite.

Palavras-chave: elites políticas, recursos políticos, mudanças socioeconômicas, poder local.

Keywords: political elites, political resources, socioeconomic changes, local government

Constituição de 1988 transformou os municípios em entes federados, com leis próprias e relativa autonomia político-administrativa. Esse foi um marco no processo de descentralização do poder decisório, cujas medidas como a elevação dos recursos fiscais destinados ao município, já vinham sendo tomadas no sentido de transferir para as esferas regionais e municipais a responsabilidade pela implementação de políticas sociais e pela promoção do desenvolvimento econômico. Com isso aumenta significativamente a importância das elites políticas locais, que serão os responsáveis pelas decisões políticas mais significativas e de impacto imediato na vida dos cidadãos.

Nos estudos sobre o recrutamento de elites políticas, geralmente é enfocado os níveis estadual e federal. O nível municipal recebe pouca atenção, principalmente em relação ao Legislativo, se pensarmos nele como um campo específico de disputa política. A arena municipal de disputa política poderia ser tomada como ponto de partida para a análise dos processos de inserção política de atores sociais, principalmente no que tange os mecanismos de reconversão de recursos de ordem econômica e/ou social em eficácia eleitoral, tendo em vista a especificidade dos embates políticos nesse nível, com temas próprios e datas específicas.

A questão do poder local, em relação aos municípios do interior, geralmente é tratada nos termos

[1] Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" – Unesp
Mestre em Ciência Política pela Universidade Federal de São Carlos - UFSCar

colocados pelos estudos clássicos do tema, em especial o coronelismo[2]. Essa visão enfatiza a proeminência de um mandatário local, possuidor de recursos econômicos e sociais que lhe permitia controlar um vasto contingente de pessoas e se firmar como mediador da localidade frente às outras esferas de governo, num contexto social e econômico caracterizado pelo baixo índice de urbanização, relativo isolamento das localidades, relações tradicionais de produção, etc[3]. Conforme o processo de urbanização alcançava os municípios do interior, assim como o processo de modernização da agricultura inseria formas capitalistas de relação entre trabalhadores rurais e proprietários, os padrões de dominação política e de interação entre tais municípios e os governos estadual e federal foram redefinidos. E essa nova realidade traz à tona novos grupos sociais, ligados à indústria e ao comércio, portadoras de reivindicações políticas próprias, que dilui o poder do mandatário e permite a emergência de outros atores que disputar-lhe-iam o predomínio da mediação política[4].

Uma nova abordagem em relação aos processos políticos em âmbito municipal é necessária, tendo em vista as novas características assumidas pelos municípios do interior, sobretudo a partir da década de 1970, principalmente em relação à ascensão de novos grupos sociais e a redefinição do campo de disputa política. As transformações sociais e econômicas condicionam de modo significativo a entrada na política e o sucesso dos agentes, favorecendo o recrutamento em determinados grupos sociais, conformando um determinado perfil de elite política que subsiste enquanto os condicionantes não se modificam.

A questão da distribuição do poder político na sociedade tem como base a polêmica existente na Ciência Política norte-americana, cujo ponto central está na possibilidade de amplos setores da sociedade compartilhar o poder político e influir na tomada de decisões. De um lado estão os *pluralistas*, argumentando a existência de um grande número de grupos sociais que competem entre si, sendo que mecanismos de equilíbrio e controle como eleições regulares, liberdade de imprensa, judiciário autônimo, etc., impedem o domínio de um grupo sobre os demais. Para autores como Dahl (1961) e Lukes (1980), a essência dos regimes democráticos (ou poliárquicos, nos termos dahlsianos) está na organização dos diversos grupos sociais para disputar o controle da máquina do Estado. De outro lado estão os *elitistas*, que contestam a existência dessa pluralidade argumentando que, de fato, existem apenas poucos grupos poderosos capazes de imporem sua vontade ao resto da sociedade. Para Hunter (1963) e Wright Mills (1981) o poder está enraizado primeiro e principalmente nas organizações e não em indivíduos, associações ou grupos de interesse, como dizem os pluralistas, ou mesmo na posse da propriedade privada, conforme argumentam os marxistas. Além disso, o grau de cooperação entre as elites é fortalecida tanto pela centralização nas mãos de alguns grupos ou indivíduos tanto o poder econômico quanto o poder político, como pelo fato dos membros dessas elites possuírem origens e formações comuns, não raro um indivíduo ser membro de duas elites ao mesmo tempo. Isso significa que o poder político se torna extremamente concentrado e que uma vasta gama de decisões políticas são tomadas por um pequeno grupo de pessoas[5].

Parry (2005, p. 106) critica a noção de "elite do poder" desenvolvida por Wright Mills que, pelo modo generalista que é construído, dá a impressão de ser um grupo monolítico exercendo o poder de todas as maneiras. Segundo Parry, mesmo que a decisão formal seja tomada por uma minoria, o elitismo não pode ser assim provado. O processo decisório é composto por diversos estágios de deliberação e mobilização por apoio, e devemos procurar nesses estágios os processos políticos que levam a uma decisão. Assim, recoloca-se a importância do processo decisório para o exercício do poder, cujo o controle das posições-chave para a tomada de decisões é de fundamental importância, na visão dos pluralistas. Por outro lado, ao pautar a análise de quem detém o poder apenas pelas decisões tomadas, Dahl não leva em conta uma etapa anterior do processo decisório onde as forças de determinados grupos se fazem sentir, que é a elaboração da agenda. Em outras

2 Como em Queiroz (1969) e Leal (1975)

3 Carvalho (1999) aponta para uma frequente confusão em relação aos termos coronelismo, clientelismo e mandonismo, presentes nas análises sobre o poder local. O coronelismo refere-se a um contexto histórico específico, a República Velha, caracterizada por um sistema que envolve complexa rede de relações que vai desde o coronel até o presidente da República, envolvendo uma série de compromissos recíprocos. O mandonismo, por sua vez, refere-se à existência local de estruturas oligárquicas e personalizadas de poder, sendo uma característica da política tradicional e não um sistema de relações como o coronelismo. Já o clientelismo indica um tipo de relação entre atores políticos envolvendo concessão de benefícios públicos em troca de apoio político, sobretudo na forma de voto. Embora os três conceitos envolvam características semelhantes, eles não podem ser tomados como sinônimos em virtude das características específicas de sua manifestação.

4 Sobre este tema, especialmente em relação às transformações políticas no interior do estado de São Paulo, ver Kerbauy (2000).

5 Sobre as teorias pluralista e elitista, ver Perissinotto (2009) e Domhoff (2009).

palavras, a influência decisiva desses grupos impede que certas questões que contrariem seus interesses alcancem a etapa da tomada de decisão, ou que chegue de maneira tão diluída que qualquer decisão tomada não tenha qualquer efeito, ou grupos com menor poder não conseguem levar ao debate público as questões de seu interesse. É nesse sentido que Hunter fala das decisões que são tomadas em âmbito privado, muito antes delas chegarem às discussões públicas. São as decisões dos grandes empresários, por exemplo, que afetam um número grande de pessoas mas que são tomadas sem que elas sejam consultadas.

Tendo em vista as novas características assumidas pelos municípios do interior a partir da década de 1970, a análise do grau de coesão e homogeneidade das elites é importante para determinar as maneiras como elas se organizam para conquistar e manter o poder em situações distintas. Neste âmbito, é provável que encontremos um cenário pouco semelhante ao descrito por Dahl, ou seja, de numerosas elites disputando o poder; mas também dificilmente o cenário será próximo àquele traçado por Wright Mills, onde existe apenas uma pequena elite bastante homogênea e coesa. Portanto, o cenário provável seria um meio termo entre as duas teorias, onde as características específicas do desenvolvimento social e econômico desses municípios impedem a emergência de diversos grupos sociais com possibilidades de disputar o poder, ao mesmo tempo que clivagens locais marcados por interesses setoriais distintos impedem uma maior coesão das elites políticas. Nesse sentido, a nova abordagem aqui proposta envolve a análise da composição social das elites políticas, atentando para os processos de inserção política no que se refere à manipulação de recursos sociais, econômicos e políticos. Em outras palavras, o estudo das elites políticas passará pela análise da maneira como os agentes políticos se inserem, se posicionam e se movimentam dentro do campo político local.

Para Bourdieu (1989), como todos os outros campos sociais, o campo político pode ser descrito enquanto um espaço multidimensional de coordenadas onde os agentes se posicionam na primeira dimensão de acordo com o volume total de capital que possuem, e na segunda dimensão de acordo com o peso relativo dos capitais que possuem. Os capitais são as propriedades que dão poder ao seu portador dentro deste campo, e podem estar em forma de bens materiais ou em estado incorporado (como no caso de títulos escolares ou notoriedade). Nesse sentido, são os recursos manipuláveis pelos agentes dentro do campo que constituem seu capital político, sendo tais recursos adquiridos dentro do próprio campo político ou oriundos de reconversões de capitais adquiridos em outras esferas, como o capital econômico propriamente dito, notoriedade social, relações estabelecidas em função de sua ocupação profissional, etc. Uma das considerações de Bourdieu acerca do campo político é que, diferentemente de outros campos sociais, ele não é fechado em si, ou seja, o mundo exterior ao campo tem certa influência dentro dele porque, de outra forma, a vida política seria impossível. Tal influência dá-se sobretudo pelo fato do poder atribuído aos políticos ser, em certa medida, a eles delegados por um grupo, como também pelo fato de serem periodicamente julgados pelos eleitores.

Os elementos teóricos trabalhados na sociologia relacional de Bourdieu nos abre uma outra perspectiva de análise para questões que envolvam o poder local, principalmente naquilo que envolve o processo de recrutamento de elites num ambiente marcado por rápidas transformações sociais e econômicas. Uma abordagem com ênfase apenas no mandonismo e no clientelismo não abrange toda a gama de novos processos que envolve desde a formação das elites até as relações de mediação estabelecidas entre agentes políticos locais e as esferas de governo estadual e federal. O crescimento do eleitorado, sua heterogeneidade, as diversas formas de ingresso na vida política (não apenas através de militância partidária, mas também pela participação em outras entidades como sindicatos, associações, movimentos sociais, serviço público, etc.), e a própria autonomização relativa da esfera política, que envolve maior especialização da atividade política, nos coloca a necessidade de ampliar o campo de análise, saindo das dimensões institucionais e passando a utilizar informações relativas às facções, redes, biografias, estruturas de mediação, etc. A questão não é estudar elites ou grupos dirigentes, e sim estruturas de capital, de poder e de dominação, conforme argumenta Coradini (2008). O problema, aqui, é que o objeto de estudo não é constituído por grupos ou indivíduos, mas pelos recursos e princípios de legitimação que estruturam suas práticas e, inclusive, suas relações com as demais categorias sociais, não necessariamente dominantes. Trata-se, portanto, de verificar as possibilidades de reconversão de bases sociais (tais como origem familiar e social, formação escolar, acúmulo de relações sociais, trajetórias profissional e político e origem geográfica) em recursos políticos, a serem utilizados em contextos de disputa eleitoral.

Seguindo a formulação de Philipe Braud (1985 *apud* GRILL, 1999), o poder político é caracterizado pela sua atitude em extrair, do modo de produção de bens simbólicos, uma legitimidade mínima, e do modo de

produção econômica, os homens e as tecnologias sem os quais seria impossível sua reprodução e sua imposição ao conjunto da sociedade. Bens materiais, simbólicos, formas de autoridade, etc., em determinados contextos de crenças e valores, podem ser reconvertidos em trunfos políticos, legitimando os agentes como portadores das "competências" necessárias para o exercício dos cargos postulados ou da posição assumida dentro do campo político local (como representante dos interesses locais frente a determinados outros interesses, por exemplo).

O acúmulo de capital social, as formas de inserção política e os determinados contextos locais interferem no processo de recrutamento de elites em âmbito local. E como cada localidade tem características próprias quanto aos valores compartilhados pela população local, às clivagens sociais e à estrutura socioeconômica, o conjunto dos bens passíveis de reconversão, assim como as estratégias de legitimação frente aos eleitores e aos adversários políticos, varia. Mesmo em municípios pequenos ou bairros periféricos, o contexto específico da localidade indica as possibilidades de cada agente em utilizar-se de seus recursos e capital social acumulados em função de sua legitimação política naquele âmbito. Coradini (2001) salienta que as reconversões dependem de diferentes lógicas sociais, vinculadas a esferas diferentes, onde interesses e valores associados a determinadas características possam adquirir significados contrários. Nas relações entre qualquer característica ou recurso social, a reconversão nunca é direta.

A construção de um empreendimento eleitoral bem sucedido requer mobilização, ou seja, conquista de eleitores (em geral), de apoiadores e cabos eleitorais. E o processo de mobilização passa pelo processo de criação de símbolos de identificação e tomada de posições política, os quais serão oferecidos pelos candidatos. Tais símbolos envolvem desde a imagem pessoal cultivada pelo candidato, retribuições materiais, retribuições simbólicas, etc.

Os agentes, durante a campanha e mesmo em sua atuação durante os mandatos, percebem o processo político como um processo de mediação entre diversos "interesses", e procuram se apresentar como mediador, ou como alguém capacitado para tal atividade. Percebemos isso mais claramente quando analisamos as estratégias eleitorais de candidatos ao legislativo (deputado ou mesmo vereador), embora candidatos a prefeito possam utilizar-se tal construção como recurso político (apresentando, inclusive, "provas" de sua capacidade ao enfocar sua atuação política como vereador ou deputado). A atividade de mediação envolve a manipulação, por parte do agente político em questão, de um conjunto de recursos (desde violência, alianças matrimoniais, advocacia, meios de comunicação, prestígio social, etc.) a fim de se afirmar como líder político. Quanto mais recursos manipular, maiores suas chances de ter reconhecida sua liderança. Ao analisar a trajetória política de Tenório Cavalcanti, Grynspan (1990) nos oferece um exemplo elucidativo de como um agente político pode manipular vários recursos (códigos) para acessar esferas diversas, se colocando como mediador entre aqueles restritos a uma esfera apenas.

Os espaços para a atuação política são variados, tais como a burocracia estatal, a militância política, sindicatos, associações diversas, movimentos sociais, ou mesmo o campo de atuação profissional. Evidentemente a passagem desses espaços para o espaço político, sobretudo aqueles que não são a este diretamente ligado, requer uma série de reconversões, transformando o capital social acumulado nesses espaços em recursos a serem utilizados no espaço político. A forma como os espaços de disputa político são construídos e a maneira como os agentes políticos utilizam seus recursos a fim de ocupar uma determinada posição nesse espaço pode ser melhor compreendido se analisarmos as trajetórias dos principais agentes. Nelas poderíamos verificar as modalidades de inserção e a construção das carreiras políticas, o peso dos recursos econômicos e da titulação escolar, assim como a utilização de vínculos pessoais adquiridos em diferentes instâncias.

É necessário destacar também a importância dos títulos escolares enquanto trunfo político, assim como a atuação dentro do campo de trabalho, e as relações construídas em espaços diversos como aquelas ligadas a atividades religiosas, desportivas, comerciais, etc[6]. Os usos políticos das profissões estão ligados às manifestações de "capacidade", de trânsito em diversas esferas, principalmente "as superiores", etc. Rodrigues aponta para a importância de determinadas ocupações/profissões (*talking chatters classes*) para a constituição da maioria da representação parlamentar em vários países. Segundo o autor,

6 Um estudo interessante é o de Coradini (2007), que ao constatar o fato de vários políticos que atuam em âmbito nacional (deputados, senadores, ministros) serem vinculados a alguma associação ou sindicato, busca analisar as relações disso com seus respectivos trajetos sociais e com sua posição no espaço político.

> Essas profissões e ocupações são as que aperfeiçoam as habilidades de expressão, de convencimento, de sedução, de argumentação e de aperfeiçoamento da arte oratória, instrumento essencial para conquistar adeptos e assegurar posição de liderança entre os próprios integrantes da classe política. Não há futuro para o político profissional sem o domínio da oratória. Apesar dos dotes individuais sempre necessários, algumas profissões qualificam melhor para os debates parlamentares e públicos"(2002, p. 117)

Entretanto, a reconversão de recursos sociais ligadas ao exercício de uma certa atividade profissional não se dá de maneira direta. Conforme salienta Offerlé (1999), os usos da profissão por parte dos "profissionais" da política, ou de seus atributos associados, dependem da conjuntura histórica ou do estado das oposições dentro do campo político. Em diferentes momentos da carreira política um mesmo atributo pode ser trabalhado e em seguida renunciado, pode sofrer reajustes e reinterpretações, etc. Além disso, a reconversão desse tipo de recurso em capital político depende de investimentos no sentido de sua redefinição como uma atividade ligado à política.

Coradini aponta outra possibilidade, a da reconversão das relações estabelecidas no exercício de determinadas profissões em recursos eleitorais. Isto implica, em primeiro lugar, em que tais relações são equivalentes ou afins com a política eleitoral; e em segundo lugar, que a natureza delas poderiam ser apreendidas também enquanto eleitorais ou "políticas" tanto pelos profissionais em questão quanto por seus eleitores potenciais. Para o autor,

> mais do que as relações estabelecidas no exercício profissional, trata-se de usos de títulos profissionais em combinação com outras esferas de atuação e formação de "lideranças", numa espécie de "transfiguração" da "profissão" e sua conversão em recursos eleitorais. Portanto, essas relações não decorrem de algum tipo de exercício profissional em seu sentido estrito, mas exatamente de sua negação enquanto tal (2001, p. 20).

A questão colocada aqui diz respeito às relações estabelecidas entre o profissional e os usuários ou clientes de determinada profissão. O trunfo eleitoral, portanto, se baseia no reconhecimento por parte desses usuários dos serviços prestados durante anos de exercício profissional. Em municípios interioranos, principalmente, a notoriedade adquirida por certos profissionais (como professores e advogados) devido às qualidades diretamente ligadas ao exercício profissional pode ser reconvertida em trunfos políticos.

Além desses fatores, podemos salientar a importância da "herança política", ou seja, da possibilidade de reconversão dos vínculos e bens políticos acumulados por familiares em trunfo eleitoral. Outro ponto importante é a possibilidade de transferência de capitais políticos (principalmente eleitorado e bases de apoio, como também realizações dos mandatos), com a finalidade de conseguir maior estabilidade das organizações políticas e maior controle do mercado político. Assim os líderes locais e regionais conseguem manter controle sob seu reduto e criar barreiras contra a invasão de ousiders.

Até aqui apontamos para fatores relevantes quanto à inserção política, reconversão de bens sociais adquiridos em espaços diversos em trunfos políticos a serem acessados nos espaços de disputas eleitorais, construção de lideranças e legitimação política. Mas não devemos tomá-los isoladamente dos contextos histórico, social e econômico, para uma melhor compreensão do fenômeno. Determinadas situações influenciam no processo de construção do campo de disputa político, na construção de valores e nas possibilidades de reconversões em diversos níveis. E atentando para a dinâmica dessas situações podemos avaliar melhor em que condições um determinado perfil de elite política persiste, ou que condições a mudança deste é favorecida[7].

A ascensão ou o declínio de certas atividades econômicas, por exemplo, pode provocar mudanças do perfil das elites políticas. Setores econômicos que ganham importância na economia local trazem novas demandas e propostas, às vezes até uma nova visão dos problemas locais, cuja expressão política dar-se-á com o surgimento de novos agentes políticos ligados a esses setores, que passam a disputar poder com os agentes

7 No estudo sobre vínculos associativos e atuação política já citado, Coradini verifica o aumento de políticos portadores desse capital associativo atuando em âmbito nacional, e relaciona esse fato à intensificação da concorrência eleitoral após o fim do regime autoritário. As novas condições de disputa eleitoral favorecem a reconversão desse tipo de capital em trunfos políticos, embora a forma como isso ocorra varie de caso para caso.

políticos tradicionais. As mudanças econômicas oferecem oportunidades de inserção política, de reconversão de títulos escolares e vínculos profissionais adquiridos durante o fortalecimento das novas atividades, especialmente se levarmos em conta o processo de urbanização e industrialização do interior, as mudanças de valores advindos desse processo, etc. Da mesma forma, políticos cuja força estiver ligada a atividades econômicas decadentes perdem espaço na arena política local, os valores tradicionais perdem força enquanto trunfo político e as lideranças já constituídas passam a ser questionadas por sua ligação com um mundo que já não faz mais sentido – a comparação de valores "modernos" ligados à indústria e à urbanização versus valores tradicionais ou "arcaicos" ligados ao meio rural, dentro do contexto de transformação econômica, como por exemplo, dos municípios do interior paulista na década de 1970.

A permanência de um determinado perfil de elite depende do grau de transformação que ela mesma sofre dentro do conjunto de transformações que ocorrem nesse contexto. A habilidade dos líderes em adquirir novos capitais sociais, de reconstruir suas bases de apoio fundadas nas novas características que o espaço de disputa política assume, de frequentar os novos espaços sociais abertos pelas novas atividades econômicas, de reconstruir alianças, etc., é de suma importância. Já a inserção de novos agentes de perfil distinto dos tradicionais depende da habilidade deles em ocupar os espaços deixados pelos antigos políticos em decadência e se legitimar como novas lideranças.

Alterações na forma como o poder é distribuído entre as esferas de governo, modificações na estrutura partidária ou na legislação eleitoral, por exemplo, interferem no modo como as elites políticas se organizam para disputar o poder. Ou seja, as mudanças nas regras do jogo têm fundamental importância no processo de estruturação do campo de disputa político. É um fator óbvio, porém importante. A construção de alianças, as reconversões, os trunfos acionados, as adesões, etc. dependem do fortalecimento do campo de disputa política. E o alargamento deste após o fim do regime autoritário permite a inserção de novos agentes que até então tinham possibilidades reduzidas de atuação política.

Outro processo importante relacionado às novas configurações assumidas pelo campo político é o de especialização da atividade política. A profissionalização da política vai além da simples renumeração em oposição ao seu exercício honorífico como salientado por Weber, exigindo a aquisição de certas competências e um longo período de dedicação[8]. O agente político deve ser "treinado", e seu "campo de treinamento" geralmente é a política local, principalmente para aqueles cuja posição social não fornece possibilidades de acesso às competências necessárias sem a necessidade de atuação política de fato. Por exemplo, pessoas membros de famílias de políticos ou que frequentam espaços sociais próximos ao espaço político têm mais condições de adquirir as competências políticas apenas por suas relações pessoais, e sua entrada na política se dá quase que naturalmente, e geralmente em cargos mais elevados. Quem se insere na política sem dominar as competências geralmente começa em cargos mais baixos e adquire tais competências na prática. Em suma, o alargamento do campo de competição política abre possibilidades de inserção de novos agentes, porém não é qualquer um que conseguirá ocupar os novos espaços abertos.

O aumento populacional é outro fator importante. A ampliação do universo de eleitores transforma as relações entre políticos e seus eleitores. A dificuldade de conseguir apoio político de um eleitorado de dimensões maiores, heterogêneo quanto ao status social e às demandas é maior, os agentes precisam acessar vários trunfos, frequentar diversos espaços sociais e construir redes, para adquirir o apoio necessário. Em municípios onde o afluxo de migrantes foi grande, transformando de maneira significativa o eleitorado, os apoios e os laços construídos anteriormente ficam fragilizados, ao mesmo tempo em que construir novos laços requer esforços no sentido de reconversão de capital social, criação de identificação e na busca de apoiadores. A nova configuração tomada pelo campo político põe em risco a liderança de atores políticos mais antigos, sobrevivendo aqueles que melhor se adaptarem às novas condições. Também abre espaço para novos atores buscarem, na população recém-chegada, a afirmação eleitoral necessária para a construção de sua liderança e seu melhor posicionamento dentro do campo político.

Portanto, devemos atentar para essas circunstâncias, que impõe às elites políticas locais desafios à

8 Offerlé trata do processo de profissionalização da política enquanto um longo movimento onde os agentes políticos se especializam em política, concentrado-se em tempo integral a essa atividade. Consequentemente, a profissionalização da política leva a uma separação entre os profissionais e profanos, além do desenvolvimento de práticas, crenças e interesses próprios por parte dos homens políticos. A profissionalização da política leva a uma redução dos custos sociais de entrada no espaço político frente a sua autonomização e relativo fechamento pela institucionalização da competição política democrática (1999, p. 15).

manutenção de seu poder, estabelece novos parâmetros para competição política e abre espaços para novos agentes. Analisar a permanência de um determinado perfil de elite é não apenas considerar os capitais sociais e políticos acumulados, mas também as estratégias adotadas para a reprodução destes em um espaço em constante mutação. E analisar a mudança de um determinado perfil de elite política, a ascensão política de um grupo social, etc. requer atenção não apenas aos recursos passíveis de serem reconvertidos, mas também ao momento propício para tal.

São duas variáveis a serem tratadas: de um lado, os recursos passíveis de reconversão, como títulos escolares, prestígio social, herança política, alianças pessoais, conforme abordamos. De outro, o momento em que a efetuação de determinadas reconversões se torna possível. E a complexidade aqui é maior devido à rapidez e a intensidade das mudanças sociais e econômicas sofridas por muitos municípios, além das mudanças institucionais provocadas pelo processo de redemocratização, principalmente aquelas que envolvem a criação de novos espaços de participação (como a criação de conselhos municipais) como também aquelas que envolvem a atribuição de novas funções e responsabilidades aos municípios, advindo do processo de descentralização. E uma dificuldade adicional é medir o grau de influência que uma variável exerce sobre a outra.

Procurei abordar neste artigo a importância dos estudos sobre mecanismos de inserção política, trajetória e constituição de capital político a partir da reconversão de capital social acumulado em outros campos, para a constituição das elites políticas em âmbito local, atentando para a especificidade do campo de disputa política neste nível. Procurei também relacionar os estudos dessa natureza às mudanças nas circunstâncias de disputa política, que envolve fatores como aumento populacional, mudanças econômicas e institucionais. O fundamental, nesse ponto, é identificar os processos pelos quais um determinado perfil de elite política se reproduz, ou em que sentido ele se modifica. Assim, compreenderemos melhor os fenômenos de transformação política em âmbito local que tiveram curso no último quarto do século XX, em especial nos municípios do interior.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 2ª ed. Lisboa: Difel, 1989.

CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, coronelismo, clientelismo. In: _____ *Pontos e Bordados*. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

CORADINI, Odaci Luiz. *Em nome de quem?* Recursos sociais no recrutamento de elites políticas. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

_____ Engajamento associativo-sindical e recrutamento de elites políticas: tendências recentes no Brasil. *Revista de Sociologia Política*, Curitiba, n.º 28, p. 181-203, junho de 2007.

_____ As elites como objeto de estudo. In: _____ (org) *Estudos de grupos dirigentes no Rio Grande do Sul*: algumas contribuições recentes. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

DAHL, Robert. *Who governs?* Democracy and power in an American city. New Heaven: Yale University Press, 1961.

DOMHOFF, William. *C. Wright Mills, Floyd Hunter, and 50 years of Power Structure Research*. Disponível em: http://sociology.ucsc.edu/whorulesamerica/theory/mills_address.html, Acessado em 29/05/2009.

GRILL, Igor Gastal. *As bases sociais dos compromissos*: a constituição de um espaço de concorrência eleitoral no sul do Rio Grande do Sul. Dissertação (mestrado), Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1999.

GRYNSPAN, Mário. Os Idiomas da patronagem: um estudo da trajetória de Tenório Cavalcanti. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n.º 14, outubro de 1990.

HEINZ, Flávio Madureira. *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

HUNTER, Floyd. *Community power structure*: a sudy of decision makers. Nova York: Anchor Books, 1963.

KERBAUY, Maria Teresa Miceli. *A morte dos coronéis*: política interiorana e poder local. São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2000.

LEAL, Vitor Nunes. *Coronelismo, Enxada e Voto*. 2ª ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.

LUKES, Steven. *O poder*: uma visão radical. Brasília: UNB, 1980.

OFFERLÉ, Michel. Professions et profession politique. In _____ (dir.) *La profession politique*: XIX et XX sciècles. Paris: Belin, 1999.

ORTIZ, Renato. A procura de uma sociologia da prática. In: BOURDIEU, Pierre. *Coleção Grandes Cientistas Sociais*. São Paulo: Ática, 1994.

PARRY, Geraint. *Political Elites*. University of Essex, ECPR Press, 2005.

PERISSINOTTO, Renato. *As elites políticas*: questões de teoria e método. Curitiba: Ibpex, 2009.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O mandonismo local na vida política brasileira*. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros/USP, 1969.

SILVA, Márcia da. Poder local: conceito e exemplos de estudos no Brasil. *Revista Sociedade & Natureza*, Uberlândia, vol. 20, n. 2, p. 69-78, dezembro de 2008.

WEBER, Max. *Ciência e Política*: duas vocações. São Paulo: Cultrix, 1993.

WRIGHT MILLS, Charles. *A elite do poder*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.